



GT 43. Etnografias da deficiência

Coordenador(es):

Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)

Fagner Carniel (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 1 - Objetivações Corporalizadas e Deslocamentos Epistêmicos

Debatedor/a: Pedro Lopes (ESCOLA DA CIDADE - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Sessão 2 - Movimentações e mutações no ativismo da Deficiência

Debatedor/a: Nádia Elisa Meinerz (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 3 - Limites e Impasses nas Políticas Públicas

Debatedor/a: Natan Monsores de Sá (UNB - Universidade de Brasília)

O presente GT apresenta a temática da deficiência como uma experiência multidimensional e impulsionadora de inúmeros desafios de análise, e aceitaremos trabalhos sobre as relações entre deficiência e doenças raras e temas como classe, gênero, raça, ciclo de vida, condição de trabalho, cuidado, vida autônoma e interdições, de modo a refletir as variadas "narrativas da deficiência" e processos classificatórios. Serão, ainda, aceitos trabalhos sobre movimentos por políticas públicas para pessoas com deficiência e doenças raras nos temas de mercado de trabalho, educação, saúde, assistência social, serviços de apoio, incluindo assistentes pessoais, intérpretes de língua de sinais, entre outros. Gostaríamos, ainda, de receber reflexões sobre algumas provocações: a primeira se detém na discussão se a deficiência deve ser apenas objeto de estudo da Antropologia, ou sujeito dela. Privilegia-se nesse debate os trabalhos de pesquisadores/as com deficiência e/ou suas experiências de campo. A segunda refere-se à questão do desejo, seminal para enfrentar a negatividade histórica em torno do tema, haja vista a potência perturbadora, desestabilizadora e agitadora da categoria deficiência para a pesquisa e produção teórica. A terceira provocação diz respeito à questão Ontológica, e as relações entre o tema e outros como animais (ex. equoterapia, cães de trabalho e suporte), objetos (cadeiras de rodas, bengalas, pulmões de aço), tecnologias (fala computadorizada, smartphones), linguagens.

Quando é deficiência e quando é incapacidade: o paradoxo da linearidade na avaliação das pessoas com deficiência

Autoria: Wederson Rufino dos Santos (servidor)

Objetiva-se analisar o modo como se dão aproximações e distinções entre deficiência e incapacidade no marco jurídico brasileiro e em políticas públicas. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, internalizada no Brasil como emenda constitucional em 2009, tem um conceito ampliado de deficiência que a diferencia de incapacidade. Mesmo assim, há entendimentos em atos normativos e práticas profissionais que ainda sobrepõe os dois conceitos. Por meio de uma análise de dados de perícia médica do INSS entre os anos de 2018 a 2020 na avaliação da deficiência com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da OMS e na Convenção da ONU de 2006, o argumento do artigo é o de que há um paradoxo pela linearidade na avaliação biomédica da deficiência para caracterizá-la, que impede de superar aproximações dela com a incapacidade. Sustenta-se que tal paradoxo é resultado do que Antony Guiddens (1990) denominou de reflexividade da vida social. Neste caso, as consequências da reflexividade se dão quando a ideologia da normalidade, ordenadora da produção de sentidos sobre os corpos, é auxiliada pelo saber/poder biomédico linear que, no momento da avaliação, endossa valores em



torno da utopia do work e da produtividade. Isso altera os sentidos do que seria a deficiência, limitando-a à noção de incapacidade, seja para o work, seja para os atos da vida civil, impedindo a garantia de direitos humanos básicos das pessoas com deficiência no país.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: